

Pinheiro, Aurea; Cássia Moura & Fátima Alves (2011). “Museus Comunitários, Museus Sans Murs: Um projeto participativo de promoção da sustentabilidade, da cidadania e dos saberes locais” in Pinheiro, A.; Gonçalves, Luis Jorge & Calado, Manuel (Orgs) Patrimônio Arqueológico e Cultura Indígena. Editora Universitária EDUPI (Universidade Federal do Piauí) e Faculdade de Belas Artes (Universidade de Lisboa), com apoio do CAPES/CNPQ, Teresina, Brasil, pp17-54.

MUSEUS COMUNITÁRIOS, MUSEUS SANS MURS: um projeto participativo de promoção da sustentabilidade, da cidadania e dos saberes locais

*Áurea Pinheiro [Universidade Federal do Piauí]
Cássia Moura [Grupo de Pesquisa Memória, Ensino e Patrimônio Cultural/CNPq]
Fátima Alves [CEMRI/Universidade Aberta de Portugal]*

Introdução

Canárias é uma das cinco comunidades que integram, na Ilha das Canárias, a Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba (RESEX). A Ilha está localizada no Delta do Parnaíba, região de fronteira Meio-Norte do Brasil, entre os Estados do Piauí e do Maranhão – Brasil. O território abriga comunidades de pescadores com uma cultura ancestral singular - a pesca artesanal. Há preocupações incipientes de conservação e salvaguarda de memórias ancestrais, de saberes e modos de fazer ligados à pesca, à terra, ao rio, ao mar, aos manguezais; um sítio com potencial para estudos para implantação de um museu comunitário.



Pescadores, Ilha das Canárias. Foto Cássia Moura

Desde 2009, iniciamos diálogos, no sentido de sensibilizar a comunidade para colaborar e interagir com os pesquisadores e instituições envolvidas na investigação. Nas comunidades há experiências complexas, históricas, e culturalmente situadas, unidas pela contemporaneidade, marcadas pela globalização, em que vivências e experiências locais são levadas a uniformizarem-se. Um contexto no qual as noções de tempo e de espaço são fluidas, em que a modernização traz a modernidade, altera hábitos cotidianos elaborados ao longo de gerações; um mundo em que quase tudo se esquece, quase nada se guarda, por causa das rápidas transformações; uma sociedade cuja marca é a mundialização. Por isso propomos realizar com a comunidade um estudo interdisciplinar no campo da Museologia Social.

A investigação tem como objeto central os museus integrais ou comunitários, notadamente os ecomuseus; sugerimos uma pesquisa que ultrapasse a discussão teórico-metodológica dessa natureza e tipologia de museu, que contemple o estudo da função social dos museus, sua concepção, estruturação e gestão; uma investigação que identifique e analise diagnósticos e relatórios preliminares, realizados por pesquisadores ligados a instituições governamentais e não governamentais; estudos que revelam a realidade social e cultural dessas populações; investigações que permitem a

proposição de um conjunto de ações, reflexões sobre a conservação e uso sustentável da herança cultural e natural dessas comunidades.

Neste texto, pretendemos apresentar uma revisão de literatura sobre a Museologia Social, algumas notas do trabalho de pesquisa documental e de campo, no contexto do Projeto “Patrimônio Cultural e Museus no Nordeste Brasileiro”. Estudo que contempla áreas do conhecimento, como História, Museologia, Arqueologia, Antropologia, Arquitetura, Educação, Geografia, Sociologia; referências e campos de saber/fazer que permitem reflexões sobre conceitos, metodologias, estratégias e práticas para a concepção, implementação e gestão ativa de museus comunitários em Canárias, território habitado por populações que desejam pensar suas relações com o meio ambiente, relações que perpassem reflexões sobre questões culturais, ambientais e de sustentabilidade. Localizamos as nossas reflexões no campo de estudos interculturais, das Ciências da Informação, das Artes e do Patrimônio, notadamente da História Pública, do Patrimônio Público e da Museologia Social. Ao longo da pesquisa, contemplaremos a análise de um *corpus* documental formado por inventários, relatórios, bibliografias e práticas museológicas, cujo resultado deverá ser a implantação pela e com a comunidade de um Ecomuseu em Canárias.

Para tanto, iniciamos, na comunidade de Canárias, os registros e as interpretações preliminares. Para além da análise e interpretação de diagnósticos, inventários, relatórios, práticas museológicas, vamos aperfeiçoar os estudos do ofício e modos de fazer ligados à pesca, à construção de barcos e de habitação artesanal nas Canárias, referências significativas da memória social dessas populações. A história oral, a etnografia, a fotografia e o filme documentário também compõem as bases metodológicas da investigação. Estudamos a possibilidade de utilizar, como recurso metodológico complementar, a pesquisa qualitativa colaborativa, como forma de produção de Inventário Multidisciplinar sobre bens culturais nas Canárias.



Pescador, Ilha das Canárias. Foto Cássia Moura

Esses estudos servirão como suporte para a proposição com a comunidade das Canárias de um museu comunitário – um ecomuseu. Esta investigação e intervenção são pioneiras no Piauí no campo de estudos da história e patrimônio públicos e da museologia social. Nessa linha de raciocínio, o presente texto visa socializar este estudo e contribuir para que se compreendam especificidades de saberes e modos de viver no Delta do Parnaíba, ricos e complexos em patrimônio natural e cultural. O que almejamos com o Projeto, e apresentamos neste texto, é constituir de forma ativa e comunitária estudos para proposição de um Ecomuseu em Canárias. Acreditamos que um estudo desta natureza contribuirá para avanços teórico-metodológicos no campo do patrimônio, da história e da museologia, que se afirmam como referências históricas, sociais, culturais, políticas e econômicas no Brasil e no mundo na contemporaneidade.

Nesse sentido, acreditamos que a descrição de Canclini (1997:284) sobre culturas híbridas, poderes oblíquos, comporta nos processos de hibridação interculturais que marcam o contexto que investigamos. Vejamos:

Sem dúvida, a expansão urbana é uma das causas que intensificaram a hibridação cultural. O que significa para as culturas latino-americanas que países que no começo do século tinham aproximadamente 10% de sua população nas cidades concentrem agora 60 a 70% nas aglomerações urbanas? Passamos de sociedades dispersas em milhares de comunidades rurais com

culturas tradicionais, locais e homogêneas, em algumas regiões com fortes raízes indígenas, com pouca comunicação com o resto de cada nação, a uma trama majoritariamente urbana, em que se dispõe de uma oferta simbólica heterogênea, renovada por uma constante interação do local com redes nacionais e transnacionais.

Canárias é o território eleito para a investigação. A comunidade está localizada na Ilha das Canárias, segunda maior dentre as mais de setenta ilhas que formam o Delta do Parnaíba; comunidade que há pouco mais de cinco anos teve acesso à energia elétrica, sinal de TV e outras novidades do mundo contemporâneo. Comunidade contemplada com políticas públicas e projetos conjuntos de intervenção dos governos federal, estadual e municipal, dentre eles a construção de casas e de fossas sépticas. Enfatize-se que, só há pouco tempo, parte dos habitantes tem acesso à internet via rádio; e crianças e jovens frequentam, na própria Ilha, a escola básica. A comunidade enfrenta problemas trazidos pela modernidade, que atingem diretamente as relações que os habitantes estabelecem com a natureza, dentre eles a falta de cuidado com o lixo, saneamento e tratamento de água. A Associação de Moradores das Canárias enfrenta problemas de mobilização, o que torna mais complexo o enfrentamento de problemas cotidianos. Um aspecto a salientar é o fato de na Ilha estarem presentes valores e padrões de comportamento, saberes e fazeres ancestrais, dentre eles a pesca artesanal, a construção de embarcações, artefatos domésticos e de pesca, habitação, trato com a terra, alimentação, dentre outros.

Geografia, história e caracterização da Ilha

O Delta do Parnaíba é um importante território da Costa Nordeste do Brasil, localizado na região Meio-Norte; formado por seis municípios, situados em uma região de fronteira, entre os Estados do Maranhão e do Piauí: Tutóia, Água Doce do Maranhão, Araióses, no Maranhão; Parnaíba, Ilha Grande e Luís Correia, no Piauí. O Delta é formado por cinco barras: Igaracu, Canárias, Caju, Carrapato ou Melancieira e Tutóia. O rio Parnaíba é o divisor natural entre os Estados do Piauí e do Maranhão. As ilhas do Delta estão situadas em águas calmas, em uma região rica em biodiversidade, fauna e flora, onde se destacam os manguezais e encontro do rio com o mar.



Mangues, Delta do Rio Parnaíba. Foto Cássia Moura

A região do Delta foi ocupada originalmente por populações indígenas. Em meados do século XVIII, sua existência histórica esteve marcada pelo ciclo da criação de gado, da manufatura ligada ao charque e ao agro extrativismo da carnaúba. A base de sobrevivência da população é a pesca, a cata de caranguejo, pecuária e agricultura. A partir dos anos oitenta do século XX, se intensificaram os problemas socioambientais na região do Delta do Parnaíba, e na comunidade das Canárias em particular; problemas gerados pelo turismo e formas de extrativismo não planejadas, o que ocasiona desequilíbrios ambientais e socioculturais.

Em 16 de novembro de 2000 foi criada a RESEX, Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba, pelo Decreto do Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, com uma área aproximada de 27.077 hectares. A criação da RESEX deriva de uma tentativa de conciliar a conservação do ecossistema manguezal e deltaico com o extrativismo realizado pelas comunidades locais. A RESEX está localizada nos municípios de Araisos e Ilha Grande de Santa Isabel, que abrigam 96,5% e 3,5%, respectivamente, da Unidade de Conservação; na sua totalidade, integra-se a APA Federal, Área de Proteção Ambiental do Delta do Parnaíba e à APA estadual, Foz do rio Preguiças, Pequenos Lençóis e região Lagunar, Araisos, Maranhão.

Da área total do Delta, cerca de 3,5% estão localizados em território piauiense, o restante pertence ao Estado do Maranhão. Apesar de possuir a menor parte territorial, o Piauí leva vantagem em relação ao Estado vizinho, devido a configuração geopolítica que se desenvolveu na região, onde a maior e mais importante cidade (Parnaíba) se encontra no estado do Piauí. Essas vantagens dizem respeito, por exemplo, à quase hegemonia piauiense na comercialização da produção da cata do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*) e liderança na comercialização do pescado, ambos realizados principalmente em território maranhense e levado ao Piauí para o comércio. Os moradores do Delta procuram também em grande parte o município de Parnaíba para realizar suas atividades cotidianas: fazer compras e acessar o sistema de saúde (SARAIVA, 2009, p. 8).

A região do Delta apresenta uma estrutura econômica frágil, cuja base de atividade é agrária de subsistência e de baixa produtividade. São rarefeitos os núcleos urbanos, há uma incipiente atividade industrial e terciária, notadamente no setor do turismo. O cenário é de um baixo PIB *per capita*, equivalente à metade do PIB nordestino e à quarta parte do PIB *per capita* brasileiro. Os dados são comparados com 315 regiões estaduais de planejamento existentes no Brasil; a área do Plano de Manejo, preparado para a APA, possui três entre as dez áreas de menor PIB *per capita* (IBGE, Censo, 2010).

[...] a área do Baixo rio Parnaíba, incluindo o seu Delta, é alvo de diferentes interesses que visam a alterar suas condições de uso e ocupação. O avanço da ocupação sobre a área e a intensificação de alguns usos têm aumentado as ameaças quanto à degradação ambiental e à dilapidação do patrimônio natural e cultural [...] diversos projetos regionais, tais como os de desenvolvimento turístico, de irrigação nos tabuleiros litorâneos e nos lagos de várzea marginais ao rio Parnaíba, de novas alternativas de exploração dos recursos pesqueiros, devem ser integrados aos contextos local e regional como focos de interesse para valorização e aproveitamento em uma perspectiva de desenvolvimento social e econômico. Admite-se que a área requer atenção em função dos potenciais em recursos naturais, da existência de ecossistemas frágeis e deficiência das condições de vida, sobretudo aquelas áreas mantidas pela agricultura e pecuária tradicionais, de cata de caranguejo-uçá e de pesca artesanal marítima e lacustre (SARAIVA, 2009, p. 9).

Na região do Delta, os principais usos da terra e sistemas de produção são: recursos marinhos, mangue, extração de caranguejo-uçá, recursos turísticos, agricultura tradicional, rizicultura, pesca, pecuária extensiva, agricultura de subsistência e extrativismo vegetal. Como área de conservação, os ecossistemas devem ser preservados, com um plano de manejo realizado pelo Instituto Chico Mendes, com escritório em Parnaíba, em parceria com o IBAMA, FUNASA, INCRA, EMATER,

EMBRAPA, dentre outras instituições governamentais. Os ecossistemas presentes são manguezais, restingas, lagoas, dunas fixas e móveis, considerados de uso direto proibido segundo a legislação federal e estadual, sendo que o uso direto somente é permitido para interesse das comunidades.

A RESEX é formada por cinco comunidades: Canárias, Passarinho, Caiçara, Morro do Meio e Torto, situadas na Ilha das Canárias, a maior e a que apresenta maior diversidade de ambientes. Além dessas comunidades, a RESEX possui oito comunidades que utilizam frequente e tradicionalmente seus recursos: Morro da Mariana, Araiões (ou Conceição), Barreiras, Carnaubeiras, Bolacho, Barreirinha, Pedrinhas, Coqueiro e Água Doce.

As Canárias: patrimônios materiais e imateriais, naturais e culturais

Nas Canárias vivem aproximadamente 300 famílias e 5.000 pessoas que integram a Unidade de Conservação; os habitantes vivem basicamente da pesca, cata de caranguejo e agricultura familiar. Além da Resex, há a Área de Proteção Ambiental do Delta do Parnaíba, APA, que abrange os Estados do Piauí, Maranhão e Ceará. Na Ilha, existe potencial turístico subaproveitado, que, se planejado, pode vir a contribuir para a geração de renda. A falta de articulação política, de mobilização das comunidades é um elemento negativo quanto à fruição dos benefícios que poderiam advir do turismo, de forma planejada, sustentável. É revelador que programas de ecoturismo na região favoreceriam os habitantes da RESEX.

Elegemos a comunidade de Canárias para estudos e intervenções pelos expressivos bens culturais que marcam sua identidade. Com a instalação da energia elétrica no povoado houve alterações nos hábitos, costumes, saberes e fazeres, desde aspectos íntimos da cultura material e imaterial, como hábitos alimentares, moradia, modos de fazer embarcações, utensílios, e na própria arte secular da pesca. As condições geográficas da Ilha permitem que seus habitantes realizem atividades diversificadas, desde aquelas ligadas a terra, ao rio, ao mar, aos manguezais. Nas Canárias conjugam-se a vida da construção de embarcações, pesca artesanal, roça, agricultura familiar, criação de gado, com o comércio e a prestação de serviços públicos, como, por exemplo, os de professor e agente de saúde etc.

Quanto aos princípios de territorialidade, de apropriação dos recursos da natureza, que definem elementos e fundamentam a identidade das populações que habitam a comunidade das Canárias, podemos afirmar que há ocupações recentes, de pessoas que foram morar no sítio nos últimos anos, e por famílias do próprio território.

A comunidade das Canárias possui um rico patrimônio cultural e natural para registro e interpretação; território com tradições culturais de natureza material e imaterial, de populações marcadas pela permanência da oralidade, modos de vida que revelam saberes e fazeres herdados de ancestrais indígenas, populações que, ao longo do tempo, preservam uma paisagem natural e cultural.



Pescador. Ilha das Canárias. Foto Cássia Moura

Privilegiamos uma pesquisa interdisciplinar, acadêmico-científica de natureza colaborativa, um trabalho que permite aprimorar registros preliminares que realizamos, e criar um banco de informações que possibilitem interpretar saberes, fazeres, formas de viver e conviver de homens e mulheres que têm suas vidas marcadas pelo contato cotidiano com a terra, com os manguezais, como o rio e o mar.

Os sujeitos selecionados para este estudo são pescadores, guardiães da memória, de uma tradição oral secular que marca o cotidiano dessa comunidade, localizada em

uma região de fronteira Meio-Norte do Brasil, comunidade na qual os ventos fortes da modernização e da modernidade avançam e ameaçam uma herança ancestral, fragilizando os vínculos de indivíduos uns com os outros e com seus ancestrais.



Pescadores. Ilha das Canárias. Foto Cássia Moura

Nesse território as memórias são presentificadas em saberes e modos de fazer tradicionais da cultura brasileira, patrimônio cultural e natural que permanecem e se alteram cotidianamente; histórias de homens e mulheres, de faixas etárias diversas, marcadas pela tradição cultural de um tempo presente, em rápida e constante transformação.

Acreditamos no direito à gestão da memória pelas comunidades; daí propormos, de forma interdisciplinar, a identificação, o registro e a interpretação de saberes, fazeres, lugares, modos de vida, como elementos importantes do patrimônio cultural brasileiro, não apenas para apreciar, dar a ver, mas para democratizar o acesso a esses bens e sugerir políticas de uso sustentável desse patrimônio para as gerações futuras e para a melhoria das condições de vida e de trabalho dessa comunidade.

Atualmente, especialistas em patrimônio alertam para a importância do registro de bens culturais e sugerem pesquisas que reflitam a natureza histórica, etnográfica, patrimonialista e museológica dessas manifestações, no sentido de garantir o conhecimento e a valorização das populações.

Uma pesquisa interdisciplinar e multidimensional – partindo dos saberes plurais

Na condição de pesquisadores da Universidade Federal do Piauí, criamos e registramos, na Plataforma de Grupos do Conselho Nacional de Pesquisa, o Grupo “Patrimônio Cultural”,¹ que, nos últimos anos, no Piauí, Nordeste, e no Amapá, Norte do Brasil, realiza investigações no campo do Patrimônio Cultural. Há grande carência de investigações e de registros sobre o contexto local e regional no campo do patrimônio e da museologia social. Nessa linha de raciocínio, este estudo se justifica por ser uma contribuição para se compreender especificidades de saberes e modos de viver da comunidade de Canárias, rica e complexa em seu patrimônio natural e cultural, ainda pouco estudado e conhecido neste universo de investigação – história e patrimônio público e museologia social, que se afirmam como campos de conhecimento na atualidade.

A escrita deste texto nos permite refletir sobre o conhecimento das particularidades locais e regionais, nos possibilita o aprofundamento dos diálogos entre História, Antropologia, Sociologia, Arqueologia, Arquitetura, Patrimônio e Museologia, vez que se trata de uma investigação de saberes e fazeres de comunidades que mantêm, em estágios diferenciados, conhecimentos seculares, herdados de uma oralidade ancestral. Permite-nos e exige igualmente o aprofundamento dos diálogos com as comunidades locais, as suas racionalidades, os seus saberes e cosmologias, os sentidos e significados partilhados no cotidiano.

Os estudos que envolvem a temática do Patrimônio e da Museologia são relativamente recentes e complexos no universo da Academia, sobretudo no Piauí. Há necessidade de formação e de capacitação de pesquisadores, interessados no ensino, pesquisa e produção de espaços museológicos para a sensibilização, divulgação e formação de um público interessado nos bens culturais de suas localidades, trabalhos que permitam às comunidades conhecerem e valorizarem patrimônios ancestrais.

Ao longo desses estudos, pretendemos investigar conceitos, metodologias e práticas no campo da nova museologia, dos museus integrais, comunitários, mais

¹ Disponível em: <www.memoriaensinopatrimoniocultural.blogspot.com>.

pontualmente dos ecomuseus, estudos que realizaremos para proposição de um ecomuseu na comunidade Canárias.

Incluímos nesta proposta o estudo do ofício e modos de fazer da pesca artesanal, principal atividade da comunidade, como mote norteador para compreendermos o cotidiano das populações que habitam o território - aproximações, distanciamentos, rupturas e permanências na contemporaneidade.

Trabalharemos a vida cotidiana dos pescadores, memórias de pessoas que têm um modo singular de saber-fazer ligado à pesca artesanal. No inventário sobre a pesca artesanal nas Canárias, vamos aprimorar o Manual de Aplicação, ferramenta teórico-metodológica do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) para identificação, documentação e registro de bens culturais. O Manual foi produzido sob a coordenação do antropólogo Antônio Augusto Arantes [2000]. O INRC se revela um instrumento valioso na identificação e documentação de bens culturais, possibilitando a conservação e salvaguarda de patrimônios de natureza material e imaterial.² A metodologia da História Oral e a Etnografia têm sido aplicadas para complementar os instrumentos de pesquisa.

O conhecimento e documentação produzidos por esta pesquisa subsidiarão a proposição de ações de conservação e salvaguarda referentes aos saberes e fazeres ligados à pesca artesanal nas Canárias.

A inserção dessas diferentes vozes em nosso trabalho, ainda que transcritas e manipuladas, segundo as orientações do Manual de Aplicação, pretende ampliar a abordagem do discurso científico em direção a interpretações outras, advindas dos próprios pescadores.

Ao longo da investigação, entrevistaremos pescadores de diversas faixas etárias, aqueles ainda em atividade, aposentados, aprendizes, um universo multifacetado de sujeitos com os quais dialogaremos sobre o ofício da pesca artesanal e vida cotidiana.

O estudo de fontes secundárias, as entrevistas temáticas e a convivência com os informantes permitem ler os saberes e fazeres ligados à pesca artesanal como artefatos representativos da cultura local-regional. As entrevistas, mesmo privilegiando questões/problemas, nos possibilitam conhecer as trajetórias de vida dessas pessoas, que têm o seu cotidiano marcado por vivências e experiências rurais e urbanas, onde

² INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS: manual de aplicação. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

foram e são recorrentes os diálogos entre as diversas culturas que forjaram e têm reelaborado temporariamente a identidade brasileira (CANCLINI, 1997).

O trabalho de campo nos impõe desafios de método e epistemológicos, sobretudo no que tange à produção de conhecimento sobre o Outro. Deste modo, como estabelecer diálogos entre os informantes, interlocutores, mediadores, que assumem, na pesquisa, o papel de colaboradores?

Não é nossa pretensão ser autoridade no inventário ou na proposição de constituição de um ecomuseu nas Canárias, mas sermos capazes de promover uma auto reflexão e compreensão sobre o que vemos, ouvimos, e sentimos na experiência com o trabalho de campo, nos registros em cadernos de campo e diários gráficos, na produção dos registros audiovisuais e textuais. Sabemos que essa postura autorreflexiva nos permitirá detectar continuidades, permanências, rupturas, memórias subterrâneas e, muitas vezes, em disputa; o que nos imporá desafios éticos na condição de pesquisadores, pois temos consciência de que os textos que produziremos, em formatos diversos, serão produtos, reflexos de uma síntese, organização e interpretação de informações e que não estaremos isentos do nosso lugar social de fala.

Estamos convictos de que o material que produziremos não será capaz de repor a originalidade da realidade vista, vivenciada e sentida no trabalho de campo, levando-se em consideração o conjunto de variáveis das quais a pesquisa pode eventualmente não dar conta e a própria inscrição da cultura na temporalidade que a submete à mudança. Não temos como apreender a totalidade e complexidade do real, daí porque a nossa descrição, mesmo que pretensamente densa, será parcial (GEERTZ, 1989).

Como orienta a discussão do INRC, nosso intento será registrar e interpretar o ofício e modos de fazer da pesca artesanal, os sentidos que os pescadores lhes atribuem, no momento particular da história em que estamos inseridos; isto é, percebendo a sedimentação de experiências e contribuições do passado, aceitando a abertura dos saberes/fazeres às mudanças e desafios de nosso tempo (CANCLINI, 1997).

Parte significativa da produção de relatórios e diagnósticos elaborados por pesquisadores e instituições já foram identificados, catalogados e analisados de forma preliminar; a pesquisa bibliográfica, de natureza teórico-metodológica, sobre museus integrais, comunitários ou ecomuseus já foi identificada para leitura e análise. Concomitante a essas atividades, realizamos pesquisas nas Canárias, onde dialogamos com a comunidade há mais de dois anos para conhecer suas vivências e experiências

cotidianas. Dispomos de um complexo acervo de notas escritas, fotográficas e videográficas, que necessitam ser refletidas, refeitas e interpretadas para esta pesquisa; um conjunto de notas, registradas em cadernos de campo e diários gráficos, que nos permitirá compor um rico acervo que necessitará ser ordenado de forma sistemática, identificado e catalogado; ao tempo em que precisamos elaborar textos em suportes diversos, diríamos mesmo uma etnografia escrita do acervo cultural da comunidade de pescadores.

Portanto, o trabalho de pesquisa consiste na identificação, seleção e catalogação do acervo cultural da comunidade das Canárias no que tange à pesca artesanal.

Acrescente-se que, antes do relatório final, pretendemos realizar encontros e diálogos com a participação de membros da comunidade, para socializar a pesquisa.

Quanto à metodologia colaborativa, procuraremos compreender, de forma contextualizada, crítica e reflexiva as culturas em presença, o que nos exige um posicionamento epistemológico, atento ao ponto de vista dos sujeitos sociais implicados na reconstrução cotidiana, sensível às estruturas e aos sujeitos sociais, suas expressões culturais ao nível das concepções, ações, sentidos e significados sociais, o que, por sua vez, exige uma compreensão contextualizada da pluralidade de linguagens e narrativas, presentes no espaço e tempo que privilegiamos e que são interculturais.

Acreditamos que as metodologias participativas respondem às necessidades de compreender e interpretar as expressões culturais presentes, enraizadas no passado epistêmico e cultural das comunidades em presença, envolvendo desde logo a participação da população como condição da pesquisa. Sem dúvida este posicionamento metodológico desafia instituições, profissionais, investigadores e populações locais, na medida em que se exigem conhecimentos e intervenções culturalmente competentes, em face de uma população cujas características diversificadas apresentam necessidades e potencialidades específicas, edificadas na memória coletiva. É, fundamentalmente, a dimensão subjetiva e material o plano no qual se situa o nosso objeto; usaremos a história oral e a etnografia para nos aproximar e buscar a participação da comunidade local, enquanto forma de valorização e acesso aos saberes ancestrais. Procuraremos, dessa forma, captar os sentidos e os significados, as representações e as crenças dos diversos atores sociais em presença, para compreender aspectos significativos para esses grupos de suas vivências cotidianas.

Julgamos que essa abordagem permite desmistificar as tradicionais dicotomias que impõem fronteiras epistemológicas e morais entre cultura, sociedade e natureza, escondendo sistematicamente o valor heurístico da dimensão social e cultural do desenvolvimento sustentável que um projeto desta natureza exige e requer. A memória coletiva e o patrimônio no sentido *lato* integram-se em uma visão social e ecológica total, como diria Mauss, que exige considerar a pluralidade de conhecimentos em presença (ALVES, et. al. 2012).

O desenvolvimento local é um processo multidimensional que envolve a história da comunidade, as suas interações, instituições e capacidade para decidir seus próprios destinos, mobilizando o capital social para atingir objetivos comuns. Fukuyama (1996) qualifica o capital social como a confiança e a cooperação entre grupos. Nesse sentido, é indispensável a capacidade de uma comunidade trabalhar em conjunto, subordinando, de alguma forma, os interesses individuais aos coletivos. Essa visão socioecológica é histórica e simultaneamente política, científica e sociocultural, é a chave para incluir as perspectivas plurais, democratizando o conhecimento (científico e leigo), dando relevância às populações locais, simultaneamente na produção do seu próprio conhecimento e no desenho de formas de gestão sustentada do seu patrimônio social, cultural, natural (ALVES et al., 2012).

Ao nível das técnicas existentes, optaremos por dinâmicas de grupo, grupos focais, entrevistas em profundidade, etnografia participativa, dentre outras, de forma a evidenciar as perspectivas das populações locais, tomadas na condição de agentes reflexivos, portadores de racionalidades que urgem conhecer e compreender – as racionalidades leigas de produção e reprodução de sentidos sociais e culturais (Silva & Alves, 2011).

Parte da metodologia deste trabalho se inscreve no campo da pesquisa participativa, colocando os membros da comunidade no papel de pesquisadores ativos, e não meramente passivos e fornecedores de informação (SOHNG, 1995). Nesse tipo de pesquisa, o interlocutor privilegiado é a própria população; aqueles que “participam”, aqueles com que e por quem uma “ação” é deflagrada, aqueles que informam e desvelam. cremos que as interações no grupo contribuirão para obter informações em profundidade e facilitarão a compreensão das diferentes vivências, percepções, sentimentos, representações, atitudes e racionalidades.

Um recurso metodológico fundamental que distingue a pesquisa participativa da pesquisa social é o diálogo, através do qual as pessoas se reúnem e participam de todos os aspectos essenciais da ação coletiva. A abordagem através do diálogo difere da convencional "entrevista" em vários aspectos.

O papel do pesquisador neste processo não é apenas aprender com os participantes, mas facilitar a aprendizagem. Educação neste contexto é entendida não no sentido da transmissão didática de conhecimento, característica de grande parte da doutrina especializada, mas sim no sentido da aprendizagem colaborativa, colocando questões e estimulando o diálogo normativo: Quais são as condições de vida dos participantes? Quais as escolhas que os membros do grupo fazem, e por que eles acreditam que essas são as coisas boas a fazer? O pesquisador partilha de suas percepções, em resposta às questões do diálogo, e às diferentes teorias e dados para convidar os participantes a refletirem criticamente sobre suas próprias experiências e teorias pessoais, a partir de um contexto mais amplo. O pesquisador deverá abandonar o papel de especialista, impondo suas ideias, consciente ou inconscientemente.

Logo, nossa intenção é dinamizar a agência de grupos de cidadãos, em uma metodologia de que participam e que admitem os atores leigos como sujeitos produtores de conhecimento em ordem à prossecução dos objetivos da pesquisa. O método de investigação é participativo, aliando cientista e leigos, num processo partilhado com a produção de conhecimento que estimula a emergência de contextos reflexivos e admite a equação interventiva (SOHNG, 1995). O investigador participa do grupo, não como especialista nem ativista catalisador da ação, mas como animador, dinamizador e observador de seus processos e produtos.

'Desconstruindo' o campo museológico: observações finais

Ao tomar como referência a bibliografia especializada mais recente sobre Museologia Social, podemos afirmar que presenciamos, desde os anos 60 do século passado, o que se convencionou denominar de uma verdadeira revolução teórica e prática, que tem lugar no campo de estudos das Ciências do Patrimônio e da Museologia (CADERNOS DE MUSEOLOGIA, 1993).

Para Moutinho (1993, p.5):

[...] o conceito de Museologia Social traduz uma parte considerável do esforço de adequação das estruturas museológicas aos condicionalismos da sociedade contemporânea [...] esforço de adequação, reconhecido e incentivado pelas mais importantes instâncias da museologia, [...] sintetizado pelo Diretor Geral da Unesco, Frederic Mayor, na abertura da XV Conferência Geral do ICOM [...].

Para Mayor apud Moutinho:

[...] o fenómeno mais geral do desenvolvimento da consciência cultural – quer se trate da emancipação do interesse do grande público pela cultura como resultado do alargamento dos tempos de lazer, quer se trate da crescente tomada de consciência cultural, como reacção às ameaças inerentes à aceleração das transformações sociais, tem, no plano das instituições, encontrado um acolhimento largamente favorável nos museus. Esta evolução é evidentemente, tanto, qualitativa como quantitativa. A instituição distante, aristocrática, olimpiana, obcecada em apropriar-se dos objetos para fins taxonômicos, tem cada vez mais – e alguns disso se inquietam – dado lugar a uma entidade aberta sobre o meio, consciente da sua relação orgânica com o seu próprio contexto social. A revolução museológica do nosso tempo - que se manifesta pela aparição de museus comunitários, museus 'sans murs', ecomuseus itinerantes ou museus que exploram as possibilidades aparentemente infinitas da comunicação moderna – tem suas raízes nesta nova tomada de consciência orgânica e filosófica (Id. Ibid.).

Moutinho afirma que essas discussões estavam presentes na década de 1970, sintetizadas na Declaração de Santiago (1972), que defendia que a instituição museu deveria estar a serviço das populações, elemento indispensável na formação das comunidades, desempenhando, assim, sua função social e política, servindo à sociedade, o que requer, obviamente, mudança de paradigmas, de mentalidade, de concepção ideológica dos profissionais, de especialistas neste campo de conhecimento.

A Declaração de Caracas (1992), vinte anos depois, reafirmou o compromisso social dos museus. Hugues de Varine proclamava a necessidade de abertura dos museus ao meio, às interfaces com a sociedade, à participação das comunidades, o que requeria um repensar no campo epistemológico, metodológico, no campo profissional, no carácter interdisciplinar e no próprio conceito de patrimônio.

O alargamento da noção de patrimônio é a consequente redefinição de 'objeto museológico, a ideia de participação da comunidade na definição e gestão das práticas museológicas, a museologia como factor de desenvolvimento, as questões de interdisciplinaridade, a utilização das 'novas tecnologias' de informação e a museografia como meio autónomo de comunicação, são exemplo das questões decorrentes das práticas museológicas contemporâneas e fazem parte de uma crescente bibliografia especializada (MOUTINHO, 1993, p. 7).

Dentre as muitas questões trazidas pela Nova Museologia estão aquelas ligadas ao museu integral, de caráter comunitário, e ao ecomuseu. Na Europa Ocidental, mais pontualmente a partir dos anos 60 do século passado, na França, e durante a 9ª Conferência Internacional de Museus, o termo museu integral e ecomuseu surgiu apresentado por estudiosos da Museologia. Defendiam que as reflexões sobre a natureza dos ecomuseus já haviam sido postas por Rivière nos anos 1960, no sentido de questionar e propor outros encaminhamentos para os museus. Apontavam o papel que os museus deveriam desempenhar na sociedade, atuando de forma crítica, interveniente no desenvolvimento econômico, social, político e cultural das comunidades. No documento final da mesa de discussões em Santiago já estava expresso o desejo pelo novo tipo de museus, posto que:

[...] promove e anuncia um novo tipo de museu, que pouco ou nada tem que ver com museus ditos tradicionais, quase exclusivamente vocacionados para a recolha, classificação e preservação do património e sua consequente exposição com fins educativos e de recreio [...] O museu 'integral' insere, no âmbito específico das suas atividades, preocupações de caráter social e defende a participação alargada da comunidade como justificação última da sua própria essência e razão de ser. O museu passa a ser um instrumento de intervenção capaz de mobilizar vontades e esforços para a resolução de problemas comuns, no seio das comunidades humanas onde se encontram. Os espaços e as colecções passam a plano 'secundário' e a 'pessoa, singular e/ou coletiva, assume o papel primordial no processo museológico (RIBEIRO, 1993, 10).

Os ecomuseus, como categoria de museu comunitário, seriam, portanto, aqueles em que os membros do sítio em que estão constituídos - pessoas individuais e/ou coletivas - são protagonistas de sua formulação, execução, manutenção e gestão. Aconselha-se que haja o acompanhamento de uma equipe interdisciplinar, dentre os seus membros museólogos e especialistas na área museológica, de preferência formados na própria comunidade. Podemos afirmar que essa natureza de museu é contemporânea, insere-se nos diálogos promovidos por representantes da Nova Museologia, opõe-se, portanto, ao modelo tradicional de museu.

O termo ecomuseu está, na literatura especializada, ligado a Hugues de Varine e a George Henri Rivière, em 1972 e 1980, respectivamente. Na Declaração de Québec de 1984, estão colocados os princípios da Nova Museologia, o que inclui os museus comunitários; dentre eles o ecomuseu, que obrigatoriamente deve constituir-se com a integração entre patrimônio, comunidade participativa, meio ambiente e território.

Ao mesmo tempo em que preserva os frutos materiais das civilizações passadas, e que protege aqueles que testemunham as aspirações e a tecnologia atual, a nova museologia, a ecomuseologia, museologia comunitária e todas as outras formas de museologia ativa interessam-se em primeiro lugar pelo desenvolvimento das populações, refletido os princípios motores de sua evolução, ao mesmo tempo em que as associa aos projetos de futuro (RIBEIRO, 1993, p. 12).

Ecomuseu, portanto, diz-se daquele museu natural - eco, uma referência à ecologia, bem como ao componente humano, social; pensar em ecomuseu é referir-se às relações simbióticas entre os elementos humanos e naturais, é conceber o espaço museal como aquele em que os objetos, as pessoas, o ambiente humano e natural se mantêm em harmonia e funcionalidade que lhes são próprias.

No caso brasileiro:

Cada vez mais, programas governamentais e fundos privados de financiamento a projetos culturais incentivam a criação de museus em comunidades que estiveram tradicionalmente à margem da sociedade: favelas, comunidades indígenas, quilombolas, rurais. [...] A 'nova museologia' adotada em partes do Brasil segue uma tendência mundial de preservação da memória (segundo uma interessante leitura de Pierre Nora, uma 'tirania da memória'), [a autora se refere ao texto: Memória: da liberdade à tirania, publicado em Musas, Revista Brasileira de Museologia do IBM, Rio de Janeiro, n. 4 de 2009], que se diferencia da História por privilegiar narrativas daqueles indivíduos e grupos normalmente excluídos da linearidade que a define (BELTRÃO, 2010, p. 20).

Os museus gradativamente vão perdendo a posição em que permaneceram por muito tempo, representados como instituições intocáveis, inquestionáveis, onde se valorizava o culto e repositório dos valores e modos de vida da elite detentora do poder, como espaço de abrigo das coleções, peças emblemáticas do viver elitista.

Se, por um lado, o museu firma-se como um projeto das elites, por outro, entre o final do século XIX e o começo do XX na Europa, empenha-se em fazer-se entender por todas as classes sociais. Com o surgimento da sociedade de consumo e da cultura visual, aparece o conceito de 'massas', caracterizadas pela susceptibilidade diante das novas estratégias de estímulo ao desejo pelo consumo que acompanham o crescente processo de industrialização. Nos museus, é o momento da realização de grandes exposições, visitadas por um público cada vez maior e mais diversificado. O papel de mediador do museu entre o público e a cultura do olhar garante a essa instituição mais uma oportunidade de abertura e comunicação com o público, mas ainda mantém intocado o conteúdo de suas exposições (BELTRÃO, 2010, p. 14).

Georges-Henri Rivière é apontado, na maioria dos textos especializados, como pioneiro nesse campo, na França, no início dos anos 60, século XX, mesma época em que

Varine-Blhan intervém com a participação da comunidade e constitui o Ecomuseu de Cresot, como propositor e crítico do conceito e práticas ligados ao Ecomuseu.

[...] o tema mesmo da Mesa Redonda [a autora se refere a Mesa promovida pelo ICOM, em Santiago, em 1972]³, se introduzem duas ideias inovadoras no que respeita à museologia, aos seus fins e métodos: por um lado, a ideia de que o desenvolvimento dos povos é algo que tem a ver também com os museus e, por outro, a ideia de que o Museu não é apenas repositório de coleções do passado, mas que a sua acção tem que ver com a contemporaneidade. A declaração final afirma 'a necessidade de uma tomada de consciência pelos Museus da situação presente e a necessidade para estes de desempenhar um papel decisivo num mundo em transformação', ao mesmo tempo em que lembra que a abordagem da realidade sociocultural deve ser multidisciplinar e interdisciplinar. Abrem-se, então, as portas à existência de um Museu de novo tipo que se adapte e sirva às pequenas comunidades locais e regionais'. A esta museologia de cariz popular a declaração chama de Museu Integral e define-a como vocacionada para 'situar o público no seu mundo para poder tomar consciência da sua problemática enquanto indivíduo e homem-social (CORDOVIL, 1993, p.13).

O museu, nessa perspectiva, é uma instituição vital na comunidade, um dos alicerces da consciência social e política. Outras reuniões foram realizadas com especialistas do Museu de Québec (1984), de onde saiu a declaração de Oaxtepec, que definiu um tipo de museu compatível com a realidade contemporânea, afinado com os conceitos da ecomuseologia e nova museologia; e se instituiu a defesa do meio ambiente, das relações harmoniosas homem-natureza-território-objetos museais.

[...] o novo conceito de Museu, definido a partir da Mesa Redonda de Santiago, deitou abaixo as barreiras entre o objeto e os utentes ao substituir o conceito de público pelo de população e comunidade; deixou de sacralizar o objeto ao mantê-lo no seu enquadramento histórico e ambiental, falando-se agora de património integrado, humanamente valorizado; e aboliu mesmo o conceito e a necessidade do edifício, substituindo-o por todo o território em que a comunidade exerce a sua actividade e influência [...] (CORDOVIL, 1993, p. 15).

O museu abrigado em edifício, com coleção para um público específico, continua a existir, mas ressignificado; o espaço museológico ganha o *status* de território habitado, com o património integrado, idealizado com e pela comunidade, um instrumento de desenvolvimento para seus habitantes, um fator de sustentabilidade.

Referências

³ Seminário/Encontro organizado pelo ICOM, a pedido da Unesco, como parte de uma movimentação iniciada ainda no final dos anos 1950, retomam nos anos 1970, para se pensar e se discutir o papel social e político dos museus, momento em que foram trazidas à tona as questões como as relações museus e meio ambiente.

ALVES, F.; Walter Leal Filho; AZEITEIRO, Ulisses Miranda. **Crossing borders and linking plural knowledge** - biodiversity conservation, ecosystem services and human well - being, (Submetido ao International Journal of Innovation and Sustainable Development (IJISD) code: IJISD-33794), 2012.

ARTIÈRES, Phillippe. Arquivar a própria vida. **Revista Estudos Históricos/CPDOC**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 9-34, 1998.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas (SP): Papirus, 1994.

ARAÚJO, Marcelo Matos; OLIVEIRA BRUNO, Maria Cristina (Org.). **Memória do pensamento museológico contemporâneo**. Documentos e depoimentos. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Museus, 2009.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2002.

BURKE, Peter. **Hibridismo cultural**. São Leopoldo (RS): Unisinos, 2003.

_____. **Testemunha ocular**. História e imagem. São Paulo: EDUSC, 2005.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2011.

CADERNOS DE MUSEOLOGIA. Centro de Estudos de Sócio-Museologia. n. 1, Lisboa, ISMAG/ULHT, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1993.

CHARTIER, Roger. **História cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

_____. **As questões do patrimônio**: antologia para um debate. Lisboa: 70, 2011.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

FERREIRA, Marieta de Moraes et. al. **Usos e abusos da História oral**. 3 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

FUKUYAMA, F. **Confiança**: valores sociais e criação de prosperidade. Lisboa: Gradiva, 1996.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. A retórica da perda. **Os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ; Brasília: MINC/Iphan, 2002.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas (SP): Unicamp, 2003.

MOUTINHO, Mário. **Museus e sociedade**. Monte Redondo, 1989.
REVISTA BRASILEIRA DE MUSEOLOGIA. **MUSAS**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Museus, 2009.

MUSEUS: patrimônio de todos. Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco. Recife: FUNDARPE, 2010.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PINHEIRO, Áurea da Paz; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo (Org.). **Tempo, memória e patrimônio cultural**. Teresina: EDUFPI, 2010.

PINHEIRO, Áurea da Paz; MOURA, Cássia. **As escravas da Mãe de Deus**. Documentário Etnográfico. Rio de Janeiro: Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular/Associação Cultural de Amigos do Museu de Folclore Edison Carneiro/Minc/IPHAN/Petrobras, 2010.

PINHEIRO, Áurea da Paz; MOURA, Cássia. **Celebrações**. Teresina: Educar Artes e Ofícios, 2009. Livro produzido via edital do Programa Monumenta/Iphan, do Ministério da Cultura, com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e apoio técnico da Unesco.

_____. **Congos: ritmo e devoção**. Documentário Etnográfico. Teresina: Educar Artes e Ofícios, 2009. Produzido via edital do Programa Monumenta/Iphan, do Ministério da Cultura, com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e apoio técnico da Unesco.

_____. Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) Arte Santeira do Piauí. Teresina: MINC/IPHAN, 2008.

_____. **Passos de Oeiras**. Documentário Etnográfico. Rio de Janeiro: Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular/Associação Cultural de Amigos do Museu de Folclore Edison Carneiro/Minc/IPHAN/Petrobrás, 2008.

PINHEIRO, Marcos José. **Museu, memória e esquecimento**: um projeto da modernidade. Rio de Janeiro: E-papers, 2004.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n.10, p. 200-212, 1992.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p.3-15, 1989.

RESOLUTION ADOPTED BY THE ROUND TABLE OF SANTIAGO (CHILE). **Museum**, n. 3, Paris: Unesco, 1973.

REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Museus: Antropologia da Memória e do Patrimônio**. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2005.

RIVIÈRE, Georges Henri. **La Muséologie**. Bordas, Paris, 1989.

SCHWARCZ, Lilia K. História e etnologia. Lévi-Strauss e os embates em região de fronteira. **Revista de Antropologia**, v. 42, n.1-2, São Paulo, 1999.

_____. Questões de Fronteira: sobre uma antropologia da história. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 72, p. 119-135, 2005.

SILVA, Armando. **Álbum de família**. A imagem de nós mesmos. São Paulo: SENAC; SESCSP.

SILVA, L.; ALVES, F. **Compreender as racionalidades leigas sobre saúde e doença**, in *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 21 (4): 1207-1229, 2011

SILVA, Tadeu Tomaz da [Org.]. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2003.

SILVERMAN, D. **Um livro bom, pequeno e acessível sobre pesquisa qualitativa**. São Paulo: Bookman, 2010.

SOHNG, S. S. L. **Participatory Research And Community Organizing**. Washington: University of Washington School of Social Work, Centre for developmental practice.

TEXTOS DE MUSEOLOGIA. Jornadas sobre a função social do Museu. Cadernos MINOM, n. 1, Lisboa, 1991.